



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 13/19, Processo nº 228.746, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 13/19

Inclui parágrafos ao art. 12-C da Lei nº 13.104, de 17 de outubro de 2007, que “dispõe sobre o procedimento e o processo administrativo tributário municipal, e dá outras providências”.

Art. 1º Ficam acrescidos §§ 1º e 2º ao art. 12-C da Lei nº 13.104, de 17 de outubro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-C.

§ 1º Os documentos digitalizados juntados aos autos por advogados privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante a tramitação do processo.

§ 2º A autenticação de cópias de documentos físicos exigidos na forma da lei poderá ser feita pelo órgão administrativo ou pelo advogado constituído nos autos.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 17 de fevereiro de 2020.

Marcelo Silva
Vereador – PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br



JUSTIFICATIVA

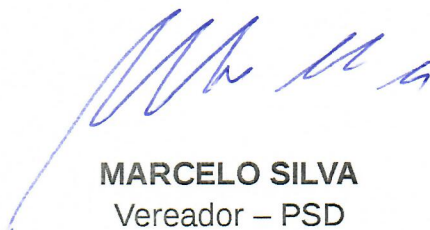
O presente projeto visa facilitar e agilizar a tramitação dos processos administrativos no Município de Campinas, possibilitando que advogados constituídos em processos administrativos juntem documentos digitais com a mesma força probante dos documentos físicos originais.

Ademais, a proposição visa permitir que o próprio advogado constituído no processo administrativo confira autenticidade ao documentos juntado aos autos.

É certo que tais medidas facilitarão e agilizarão os procedimentos administrativos, sendo certo que ao advogado, essencial à administração da Justiça (art. 133, da Constituição Federal), deve ser dada toda a credibilidade e fidedignidade em seus atos e alegações.

Assim, comprovado o relevante interesse público de que se reveste o presente Projeto de Lei, submeto-o à apreciação dessa Egrégia Câmara.

Campinas, 21 de janeiro de 2019.



MARCELO SILVA
Vereador – PSD